

ECOS DECOLONIAIS E A IDENTIDADE DA MULHER NEGRA EM “A ESCRAVA” DE MARIA FIRMINA DOS REIS

DECOLONIAL ECHOES AND THE IDENTITY OF BLACK WOMEN IN “A ESCRAVA” BY MARIA FIRMINA DOS REIS

RESUMO

Este artigo propõe analisar os ecos decoloniais no conto “A escrava”, de Maria Firmina dos Reis, lançado em 1887. A obra insere-se na ideia de uma identidade fragmentada (HALL, 2001) da mulher negra do século XIX vivida pela personagem Joana e a personagem senhora, que, ao escutar os clamores da subalterna (SPIVAK, 2010), solidariza-se com essa e com todas as mulheres negras que eram tratadas pela sociedade construída pelo colonialismo opressor (QUIJANO, 2005). A movimentação identitária das personagens levanta a seguinte indagação: como a obra “A escrava”, a partir dos ecos decoloniais, evidencia os estigmas causados à identidade da mulher negra? Para responder a problematização, percorreremos aportes de um feminismo decolonial (LUGONES, 2010; VERGÈS, 2020), bem como o poder de fala (RIBEIRO, 2017) dado a Joana e a senhora, quando elas erguem a voz (HOOKS, 2019) para denunciar os males ocasionados pela sociedade escravista. Portanto, todo esse processo de investigação elucida as dores causadas às mulheres negras pela sociedade patriarcalista/escravista do século XIX e revela que Maria Firmina dos Reis já ecoava um feminismo decolonial no Brasil.

Palavras-chave: Maria Firmina dos Reis. A escrava. Identidade. Decolonialidade. Mulher Negra.

ABSTRACT

This paper proposes to analyze the decolonial echoes in the short story “A escrava”, by Maria Firmina dos Reis, released in 1887. The work is inserted in the idea of a fragmented identity (HALL, 2001) of the XIX century black woman lived by the character Joana and the character lady who by listening to the cries of the subaltern (SPIVAK, 2010) solidarizes with this and all black women who were treated by the society built by the oppressive colonialism (QUIJANO, 2005). The identity movement of the characters raises the following question: how does the work “A escrava” from the decolonial echoes highlights the stigmas caused to the identity of black women? To answer the problematization we will go through contributions of a decolonial feminism (LUGONES, 2010; VERGÈS, 2020), as well as the power of speech (RIBEIRO,

Paulo Eduardo Bogéa Costa

Mestrando em Letras pela Universidade Estadual do Piauí. E-mail: paulo.bogea@outlook.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4741-2750>

Algemira de Macêdo Mendes

Universidade Estadual do Piauí/Universidade Estadual do Maranhão. Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: algemiramendes95@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9253-7088>

2017) given to Joana and the lady, when they raise their voices (HOOKS, 2019) to denounce the evils caused by the slave society. Therefore, this whole investigation process elucidates the pains caused to black women by the patriarchalist/slave society of the XIX century and reveals that Maria Firmina dos Reis already echoed a decolonial feminism (LUGONES, 2010) in Brazil.

Keywords: Maria Firmina dos Reis. A escrava. Identity. Decoloniality. Black Woman.

Introdução

Os problemas étnico-raciais entre 1825 a 1850 foram fortemente discutidos na polis brasileira, indicando sérias questões do sistema escravista, posto que a burguesia, acostumada com o sistema colonial, atrasou o processo de extinção da escravização no Brasil, tornando-o último país da América Latina a findar com esse sistema (ZILÁ BERND, 1988). Além disso, o Brasil, muito tempo após a abolição da escravidão, se manteve na estrutura básica da economia colonial, exibindo um cenário de vinculação com a escravização dos sujeitos negros.

Naquele contexto, vozes como Luiz Gama, Maria Firmina dos Reis e outras, consideradas pelo poderio português como “vozes dissonantes”, apoiavam os diversos movimentos abolicionistas. Nessa época, Maria Firmina dos Reis lançou seu primeiro romance, *Úrsula* (1859) e logo em seguida o conto “A escrava” (1887).

Fatores que devem ter impedido um maior alcance da obra de Maria Firmina dos Reis podem ter sido: porque a predominância social era exclusivamente masculina de pele branca, até mesmo, na prática da escrita, o eco da voz de uma personagem negra e o lançamento ter ocorrido às vésperas da abolição da escravatura, quando o cenário era de conflitos contínuos pelos apoiadores da permanência do sistema escravista no Brasil. Logo, o discurso do negro na literatura brasileira tomou corpo na voz de Maria Firmina dos Reis, no século XIX, tanto no romance *Úrsula* como no conto “A escrava”, por ser um campo de contextualização e discussão da realidade do negro no Brasil, sobretudo da mulher negra.

Tanto a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, quando os primeiros levantes do Movimento Feminista no século XIX possibilitaram uma mudança radical do papel identitário da mulher, especificamente no Brasil, mesmo em passos vagarosos. Em vista disso, é necessário rever a contribuição da literatura nesse processo, sobretudo o conto “A escrava”, que antecede essas mudanças. Portanto, indaga-se: como a obra “A escrava”, a partir dos ecos decoloniais, evidencia os estigmas causados a identidade da mulher negra? Ao longo do artigo, tentaremos responder essa questão por meio do pensamento de Françoise Vergès (2020) em seu livro *Um feminismo decolonial* entre outros/as teóricos/as. Então, o nosso objetivo é legitimar por meio desse eco decolonial de Firmina no conto “A escrava” a identidade da mulher negra do século XIX.

A escrita de Maria Firmina por um longo período foi desconhecida pela crítica literária, e estudiosos como Antônio Cândido, Afrânio Coutinho, Alfredo Bosi, Lucia

Miguel Pereira entre outros, deixaram de lado as obras dessa escritora maranhense (MENDES, 2016), fadando ao esquecimento suas produções literárias por muito tempo. É através de Horácio Almeida em 1975, seguido por Nascimento Moraes Filho, com o livro *Maria Firmina, fragmentos de uma vida*, que se inicia o merecido lugar de Firmina como dramaturga literária ao entoar um grande eco da identidade negra, em particular da mulher negra brasileira. Desde então as obras firminianas¹ foram ocupando espaço e passando a ser republicadas constantemente, obtendo inúmeras pesquisas analíticas em múltiplas áreas do saber.

Sendo filha de escrava alforriada, Maria Firmina dos Reis, tornou-se precursora da negritude no Brasil e, segundo Moraes Filho (1975, p. 12), “durante a vida, foi história e fez história”. É através dela que há um rompimento da gênese típica do sexismo e do racismo nas relações sociais do período para incriminar o sistema do mundo moderno, colonial e patriarcal, assim como a escravização do sujeito negro.

Conforme Zahidé Muzart, “Firmina colaborou assiduamente com vários jornais literários, tais como ‘A verdadeira marmota’, ‘Semanário Maranhense’, ‘O domingo’, ‘O país pacotilha’, ‘O federalismo’ e outros” (2000, p. 264), contribuindo vastamente em críticas sociais, como também em relatos folclóricos maranhenses. Todavia, utilizava pseudônimo (“uma maranhense” ou “MRF”), como era de costume das mulheres nas produções literárias no século XIX, devido aos pensamentos preconceituosos sobre o papel da mulher na sociedade.

À medida que ocorre uma movimentação nas obras de Firmina para destacar personagens que carregam traços do sistema colonizador/segregador, também ocorre uma efetivação do propósito do feminismo decolonial, que é descentralizar debates para chegar ao máximo de realidades subalternas, buscando desconstruir epistemes hegemônicas sobre as mulheres difundidos por países colonizadores, segundo Hollanda (2020). Dessa forma, a escritora pode ser considerada além da primeira mulher negra a escrever um romance negro brasileiro como também uma voz precursora do feminismo decolonial no Brasil, por trazer à tona os traspassamentos entre gênero, raça e classe vividos pela sociedade.

Para Algemira Mendes, “Maria Firmina dos Reis é hoje um marco de nossa literatura, amplamente reconhecida por todos que compartilham uma visão dinâmica e progressista do fazer artístico” (2016, p.16). Sem dúvidas, essa maranhense foi além de seu tempo e conseguiu fazer história, e não uma história qualquer, foi autêntica e crítica, não se limitando ao mundo em que vivia.

O espaço decolonial

O projeto decolonial surge da necessidade de pensar as resistências locais contra uma lógica colonial da América Latina esquecida pelo pensamento pós-colonial e pelo pensamento pós-estruturalismo de Lacan, Foucault e Derrida (TOLOMEI, 2019).

¹ Retrata o apinhado de todas as obras produzida por Maria Firmina dos Reis.

Logo, entende-se por que as Américas, por muito tempo, não foram levadas em conta como um ponto geográfico que sofreu colonização dos países europeus, assim como Ásia, África e Oceania. Dessa forma, cria-se uma espécie de movimento defensor de uma política, teórica e epistêmica própria em objeção à estadia da colonialidade de raça, de gênero, de localização geográfica e de pensamento embasados pelo sistema hierárquico e na lógica global de desumanização possível de permanecer mesmo na ausência das colônias.

A menorização europeia praticada contra o continente Latino neutraliza ligações com essas colônias em relação a divisão racial e sexual de labor na esfera do lucro (capitalismo) mundial. Por conta disso, a episteme colonial sucedeu em vários projetos sociopolíticos feministas para a conquista de direitos fundamentais para sobrevivência humana, especialmente da mulher.

A colonização das Américas e Caribe, de acordo com Maria Lugones (2010), é assinalada por uma dicotomia entre o humano e o não-humano como elemento dominante da sociedade colonial eurocêntrica. Consequentemente, os papéis entre homens e mulheres passaram a ser bem delineados, em uma sociedade pensada apenas na raça branca, da seguinte forma: o homem – alfa da sociedade e força motriz do conhecimento e razão; a mulher – reprodutora do pensamento masculino. No caso dos negros e indígenas, para essa estrutura, são considerado os não-humanos. Ainda, de acordo com a mesma autora, as negras e indígenas são esquecidas pela categoria universal “mulher”, assim como pelas próprias categorias étnico-raciais.

Então, Lugones (2010) chama a atenção para um feminismo clássico (branco) que deixa de lado outras subcategorias de ser mulher. Portanto, ao tomar consciência dessa exclusão, as mulheres não reconhecidas por essa categoria, neste caso as negras e indígenas, se organizam para criar uma representatividade que consiga abranger o máximo de categorias e subcategorias subalternizadas. Nesse mesmo sentido, pode-se perceber também o pensamento de Françoise Verguès (2020):

Foi pensando nessas mulheres, em suas lutas e em suas vidas, que propus um feminismo decolonial radicalmente antirracista, anticapitalista e anti-imperialista. Um feminismo à escuta dos combates das mulheres mais exploradas, das empregadas domésticas, das profissionais do sexo, das queer, das trans, das migrantes, das refugiadas e daquelas para quem o termo “mulher” designa uma oposição social e política, não restritamente biológica (VERGÈS, 2020, p.20, grifos da autora).

É nesse feminismo, que mulheres latino-americanas propõem uma revisão crítica do sistema de dominação do saber e de exploração de gênero, raça e classe, ajudando a surgir pensadoras sobre os processos sociopolíticos desse continente, especialmente a situação da mulher negra. Esse pensamento interseccional irá formular uma representatividade das mulheres, especialmente a luta política das

mulheres negras, renegando numa lógica colonial, da qual o racismo é a entrada das configurações hierárquicas sociais de dominação.

O feminismo decolonial surge para transgredir com a classificação universal, formada pela Europa, do que é ser “mulher”. O feminismo decolonial não desconsidera as outras vertentes do feminismo, mas trata “de identificar conceitos, categorias, teorias, que emergem das experiências subalternizadas, que geralmente são produzidas coletivamente, que têm a possibilidade de generalizar sem universalizar” (CURIEL, 2020, p. 134), dialogando com o máximo de movimentos que rompem as estruturas colonizadoras.

Para Heloisa Hollanda (2020, p. 13), em confluência com pensamento de Lugones e Verguès, o feminismo decolonial “vindo, sobretudo, de intelectuais latino-americanas, investe em contraepistemologias situadas para enfrentar o império cognitivo europeu e norte-americano”. Isso não significa uma quebra com feminismo produzidos nesses locais, apenas deseja-se dar atenção às diversas vivências das mulheres, formulando um próprio jeito de ser feminista na América Latina.

É no olhar negro de Maria Firmina que surge uma ideia revolucionária tanto na literatura como na sociedade, ainda que no século XIX e nos espaços geográficos do Brasil, pois evidencia o quanto o negro foi desumanizado por uma sociedade considerada humanista. Ela ecoa uma voz insurgente com o intuito de desconstruir o conhecimento universal imbricado à ideia colonial, sobre raça e gênero, corroborando com o pensamento de Hollanda (2020) de autenticar um jeito próprio de ser mulher latino-americana.

“A escrava”: uma narrativa decolonial

O espaço narrativo do conto “A escrava” inicia na residência de uma senhora branca, que era frequentado por várias pessoas de renomes da sociedade brasileira, e, ao longo da narrativa, surge outro espaço, o imaginário dessa senhora, que conta uma experiência vivida por ela. Entretanto, a narrativa é exposta do ponto de vista do sujeito negro escravizado, restabelecendo a relação de raça e de gênero.

O conto incrimina a escravização como desgraça e corrosão social, isto é, critica a hereditariedade colonial de Portugal e seus efeitos racistas. Além disso, Firmina, ao saber da realidade provinciana e conservadora de São Luís, dispõe da ideia de mestiçagem como argumento para findar a escravidão. Quando Firmina se utiliza desses aspectos como forma de suavizar a narrativa, emprega uma ferramenta crucial de vinculação entre obra e leitor chegando ao propósito da escrita, neste caso o antiescravismo.

Por qualquer modo que encaremos a escravidão, ela é, e será sempre um grande mal. Dela a decadência do comércio; porque o comércio e a lavoura caminham de mãos dadas, e o escravo não pode fazer florescer a lavoura; porque o seu trabalho é forçado. Ele não tem

futuro; o seu trabalho não é indenizado; ainda dela nos vem o opróbrio, a vergonha; porque de frente altiva e desassombrada não podemos encarar as nações livres; por isso que o estigma da escravidão, pelo cruzamento das raças, estampa-se na fronte de todos nós. Embalde procurará um dentre nós, convencer ao estrangeiro que em suas veias não gira uma só gota de sangue escravo (REIS, 2018, 164-165).

O discurso presente no fragmento mostra um Brasil que sofre pela condição subalterna imposta pelo colonialismo do poder. Esse processo de colonialismo no Brasil renega uma alteridade social, dispondo de uma inferioridade racial (QUIJANO, 2006), renunciando sua biologização mestiça. Ainda, a ideia colonial engana as pessoas quando leva a pensar que seria melhor ter sido colonizados por germânicos ou ingleses. A narrativa de conto evidencia que qualquer processo de escravização é negativo.

Há duas personagens-narradoras no conto, a senhora (não nomeada) e Joana que irá contar sua própria história. Aqui Firmina lança mão de duas ferramentas de desconstrução colonial: primeiro, a não nomeação da senhora, como forma de inibir o sujeito branco da narrativa; segundo, a voz dada a Joana, como direito para contar os infortúnios vividos pela mulher negra, e sua nomeação a fim de mostrar o sujeito que foi negado pela sua raça e gênero. Também podemos perceber que Firmina já utilizava um pensamento, que o movimento feminista negro irá empregar em seus discursos, ou seja, colocar no centro do debate a mulher negra e/ou classes subalternizadas em sororidade com as causas sociais levantadas pela mulher branca.

No conto, há uma voz abolicionista, que diz: “faz-me até pasmar como se possa sentir, e expressar sentimentos escravocratas, no presente século, no século XIX!” (REIS, 2018, p.164). O eco do pensamento invadia os ouvidos dos que estavam presentes, questionando os males do sistema escravista no Brasil. De acordo com o contexto enunciativo, é uma voz feminina, como diz a narradora, “uma senhora, de sentimentos sinceramente abolicionistas” (REIS, 2018 p.164), sendo a mesma senhora que cede sua casa para os encontros. Desse modo, a “tal senhora abolicionista se identificava tanto com a causa dos negros e ansiava por lutar por uma sociedade mais igualitária que se tornou membra da sociedade abolicionista da província de onde morava” (LUZ, 2018, p.6). Possivelmente as discussões eram embasadas nas leis do “ventre livre”² (1871) e do “sexagenário”³ (1885), que não eram suficientes para proteger os negros, apresentando de certa forma uma rede de sororidade.

2 Lei do Ventre Livre, também conhecida como Lei Rio Branco, foi uma lei apresentada na Câmara dos Deputados em 12 de maio de 1871, promulgada em 28 de setembro de 1871. Possuía o intuito de limitar a duração da escravidão no Brasil Imperial, propondo a concessão da alforria às crianças nascidas de mulheres escravas no Império Brasil.

3 A Lei dos Sexagenários, também conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei n.º 3.270, foi decretada em 28 de setembro de 1885, assegurando a liberdade aos escravos com 60 anos de idade ou mais, mediante ao pagamento de indenização aos seus proprietários, caso contrário, deveria prestar serviços ao seu ex-senhor por mais três anos ou até completar 65 anos de idade.

Diante do exposto, percebemos, no conto “A escrava”, uma voz feminina situada no espaço privilegiado em que ocupava, defendendo o que hoje se pode chamar de pautas sociais. A senhora, ao mostrar seu ponto de vista em público, comprova um avanço na sociedade do século XIX, principalmente quando há um cenário fortemente perpassado por imaginários machistas, racistas, marginalizadores e opressores para todas as mulheres que ousassem posicionar-se na esfera pública. Isto posto, depreendemos o engajamento político-social da escrita de Maria Firmina dos Reis, que ousou dar voz a pessoas e temáticas silenciadas (LUZ, 2018, p. 6).

A propósito, “Ao estabelecer uma diferença discursiva que contrasta em profundidade com o abolicionismo hegemônico na literatura brasileira de seu tempo, a autora constrói para si mesma um outro lugar: o da literatura afro-brasileira” (DUARTE, 2017, p. 277). Por erguer sua voz ao lançar suas obras, que “significa atrever-se a discordar, e, às vezes, significa simplesmente ter uma opinião” (HOOKS, 2019, p. 31). Portanto, Firmina, ao ser capaz de descontinuar com o racismo legitimado pelo mundo moderno e colonial, executa uma escrita feminina sociopolítica, desmanchando o discurso dominante e redirecionando o lugar de fala (RIBEIRO, 2017) ao escrever, pela perspectiva literária, nos prelos maranhenses, as violências da representação e de exclusões, acima de tudo, sobre os indivíduos negros escravizados no Brasil.

O principal aspecto dessa obra é a fala antiescravista e a formação da identidade da mulher negra, bem como as leituras acerca da condição da mulher, sendo visíveis várias transformações e manifestações, no que tange à constituição do sujeito feminino negro. No decorrer do conto, a personagem Joana, uma mulher escravizada, tem sua existência reduzida a uma vida em estado de exceção, sem participação nos direitos e vida sociais; tal mulher luta por sua sobrevivência, tendo em vista o duplo processo de objetificação a que é submetida: mulher e negra.

Na estrutura patriarcal/escravista, as mulheres negras sofriam duplamente as opressões, tanto por ser mulher como por ser negra e, de acordo com Sônia Giacomini (1988), eram submetidas ao trabalho de empregadas, mães-pretas e tratadas como “objeto sexual”, papel fundamental na procriação de escravos. Podemos perceber isso quando na narrativa Joana vê seus filhos Carlos e Urbano aos oito anos serem vendidos e levados para o Rio de Janeiro, pois é o cume da dor sofrida pela personagem:

Um homem apeou-se à porta do Engenho, onde juntos trabalhavam meus pobres filhos - era um traficante de carne humana. Ente abjeto, e sem coração! Homem a quem as lágrimas de uma mãe não podem comover, nem comovem os soluços do inocente. [...] A hora permitida ao descanso, concheguei a mim meus pobres filhos, extenuados de cansaço, que logo adormeceram. Ouvi ao longe rumor, como de homens que conversavam. Alonguei os ouvidos; as vozes se aproximavam. Em breve reconheci a voz do senhor. Senti palpitar desordenadamente meu coração; lembrei-me do traficante... Corri para meus filhos, que dormiam, apertei-os ao coração. Então senti um zumbido nos ouvidos, fugiu-me a luz dos olhos e creio que perdi os sentidos. Não sei quanto tempo durou este

estado de torpor; acordei aos gritos de meus pobres filhos, que me arrastavam pela saia, chamando-me: mamãe! mamãe! Ah! minha senhora! abriu os olhos. Que espetáculo! Tinham metido adentro a porta da minha pobre casinha, e nela penetrado, meu senhor, o feitor, e o infame traficante. Ele, e o feitor arrastavam sem coração, os filhos que se abraçavam a sua mãe (REIS, 2018, p.173).

Esse episódio retrata o que para bell hooks (2018) é uma violência patriarcal, tanto pelas crianças presenciarem a violência cometida com sua mãe, quanto por serem alvo de tal ato. Joana é silenciada de forma brutal, sem direito de despedir-se de seus filhos. É tirado o que, para ela, é o bem mais precioso para manter sua existência: a liberdade e a felicidade de seus filhos. Esse tipo de brutalidade era protegido pelas justificativas – natural/biológico, sócia/moral, religiosa/intelectual, leis e decretos criados para desvalorizar os negros escravizados, por seus filhos serem produtos de altíssima rentabilidade antes mesmo de estar no ventre de suas mães.

Joana é uma representação perfeita da mulher contemporânea brasileira, uma vez que “o pensamento sexista continua a apoiar a dominação masculina e a consequente violência” (HOOKS, 2018, p. 57) em uma sociedade que visa só o lucro financeiro, por não querer saber de sentimentos, ainda mais quando são expressos por mulheres negras.

Na história, fica nítido que o pai de Joana trabalhou assiduamente por muito tempo, com o intuito de comprar a alforria de sua filha. Quando finalmente juntou o dinheiro para resgatar sua filha, foi até o Sr. Tavares e entregou o valor. Em seguida, o Sr. Tavares lhe entrega um papel. Entretanto, o pai de Joana mal sabia que o papel possuía apenas alguns borrões, por não saber ler.

Dois anos mais tarde, o pai de Joana vem a falecer e o Sr. Tavares vai até a sua mãe solicitando a menina de apenas sete anos para trabalhar. Ela ficou assustada, porque, para ela, a sua filha era alforriada. O percurso da vida de Joana muda completamente em dois anos, as perspectivas de liberdade aos cinco anos são desmanchadas aos sete anos, quando se vê escravizada. Dali em diante, trabalhou arduamente, sofrendo maus tratos.

Um dia apresentou a meu senhor a quantia realizada, dizendo que era para o meu resgate. Meu senhor recebeu a moeda sorrindo-se – tinha eu cinco anos – e disse: — A primeira vez que for à cidade trago a carta dela. Vai descansado. Custou a ir à cidade: quando foi demorou-se algumas semanas e, quando chegou, entregou a meu pai uma folha de papel escrita, dizendo-lhe: — Toma, e guarda, com cuidado, é a carta de liberdade de Joana. Meu pai não sabia ler, de agradecido beijou as mãos daquela fera. Abraçou-me, chorou de alegria, e guardou a suposta carta de liberdade. [...] Meu pai morreu de repente e, no dia imediato, meu senhor disse a minha mãe: — Joana que vá para o serviço, tem já sete anos, e eu não

admito escrava vadia. Minha mãe, surpresa e confundida, cumpriu a ordem sem articular uma palavra (REIS, 2018, p. 172).

Também é possível verificar que a mulher negra desde sua infância foi explorada, uma vez que o interesse econômico dos senhores era com as meninas negras, pelo fato de dar mais lucro, devido à iniciação trabalhista ser mais cedo em relação aos meninos negros, conforme Giacomini (1988).

O desrespeito contra a personagem-narradora é visto na fala do capataz, quando ele a descreve como “maldita negra”, e, logo em seguida, pelo Sr. Tavares chamando-a: “[...] — esta negra era alguma coisa monomaníaca, de tudo tinha medo, andava sempre foragida, nisto consumiu a existência. [...] não lamento esta perda; já que para nada prestava” (REIS, 2018, p.176). Tanto na fala do capataz como do Sr. Tavares, Joana era vista apenas como um objeto. Diante desses olhares marginalizadores, surge o olhar da senhora que se encarregou de esconder a escrava Joana e seu filho Gabriel que haviam fugido da fazenda:

De repente uns gritos lastimosos, uns soluços angustiados feriram-me os ouvidos, e uma mulher correndo, e em completo desalinho passou por diante de mim, e como uma sombra desapareceu. [...] Ela espavorida, e trêmula, deu volta em torno de uma grande mouta de murta, e colando-se no chão nela se ocultou. [...] Ela muda, e imóvel, ali ficou-se (REIS, 2018, p.165).

Nesse trecho da prosa-poética é posto o princípio romântico da elite branca defronte à vida violentada da mulher negra escravizada. Destacando que o diferencial da obra é a voz dada aos que são silenciados e desprezados por uma sociedade cuja excluir atitude era (e ainda é) considerada normal.

Ainda, ao refletir sobre o olhar humanizado da voz-narradora da senhora na condição de branca e da elite, que apresenta a escrava, Duarte (2004) afirma que:

Essa solidariedade para o oprimido [...] é absolutamente inovadora se comparada àquela existente em outros romances abolicionistas do século XIX, pois nasce de uma perspectiva outra, pela qual a escritora, irmanada aos cativos e os seus descendentes, expressa, pela via da ficção, seu pertencimento a este universo de cultura (DUARTE, 2004, p.269).

Podemos perceber que elucidar a voz da mulher em uma narrativa foi um grande desafio, principalmente nesse período, ainda mais que Maria Firmina coloca duas vozes consideradas dissonantes na sociedade da época para questionar e reivindicar as brutalidades ocasionadas às mulheres negras. Dessa forma, imbuídos pela sororidade entre a senhora e Joana pode-se dizer que a voz que constrói socialmente uma

identidade, por manifesta-se sobre a escravidão em público, é a mesma que garante seu empoderamento por questionar sobre os “problemas sociais” aos que estavam no salão.

Assim, notamos que essa senhora abolicionista seria, na realidade, o alter ego da própria escritora Maria Firmina, através da qual questionaria as mazelas sociais e reivindicaria a igualdade dos direitos para os negros. Firmina não fica calada com a falta de escrúpulos da pólis do século XIX; na verdade, ela usa o mais alto processo de culturamento, isto é, a escrita, com a finalidade de mostrar à sociedade que, seja homem, seja mulher, negro (a) ou branco (a), todos devem ser tratados de forma igualitária.

A obra “A escrava” nos leva a refletir sobre o papel da mulher negra como protagonista de sua própria história e difusora de sua cultura, mas também retrata a usurpação de sua nacionalidade, o que põe em questionamento a identidade do sujeito oprimido, sempre negada, surgindo uma crise de pertencimento que levará o indivíduo a se esforçar por ultrapassar o espaço deixado entre o “deve” e o “é”. Esse pensamento é reafirmado por Stuart Hall (2001) quando o sujeito assume “identidades fragmentadas”, a maneira que se vê em uma realidade diferente, permitindo-se mudar para melhor, adequando-se a sua nova realidade.

As personagens femininas do conto deixam bem claro como as mulheres, sobretudo de cor, eram sujeitas fragmentadas. A mãe de Joana, por exemplo, em nem um momento na narrativa tem sua voz enunciada. Joana, desde sua infância, se vê escravizada. A senhora, que mesmo sendo branca, se vê numa condição submissa por ser mulher, porque seu discurso não era levado a sério pelo poderio social da época. Isso vai ao encontro ao que diz hooks (2019, p. 100), pois, todas elas evidenciam o quanto a identidade cultural da mulher deixa de ser consistente quando ela se torna um sujeito escravizado, porque as “formas de racismo e machismo internalizadas influenciam a formação da identidade social das mulheres”, sobretudo das mulheres negras.

De acordo com Hall (2001), os fatores de nossas identidades nascem do nosso conjunto social, tais como, cultura étnica, religiosa, racial, e, principalmente nacional. Dessa maneira, a mãe de Joana, a partir do momento que abandona suas raízes africanas, também deixa uma parte de sua identidade. Não diferente, Joana, por já nascer em um país no qual todos esses fatores sofrem influência do racismo e do patriarcalismo, nunca teve uma visão de liberdade efetivada. Já a senhora, por trazer consigo um aporte do saber, ao ver a situação escravagista de sua nação “ergue a voz” (HOOKS, 2019) proclamando os horrores desse sistema. Isso fica mais nítido quando sua sororidade feminina dá lugar de fala à Joana, quando a senhora começa a contar a história da escrava. Onde, também abrem espaço para entendermos que o processo de construção identitária das mulheres negras oitocentistas perpassa pela dificuldade de “construírem uma subjetividade radical dentro do patriarcado capitalista supremacista branco” (HOOKS, 2019, p. 105).

A discussão que se instaura em torno da construção identitária encontra-se embasada no processo de transformação, de trocas e de identificações. Diante do exposto, surge a seguinte questão: como se deu a construção da identidade da mulher negra no Brasil, considerando o sufrágio passado por elas? Embasado pelos estudos

de Hall (2001), percebe-se que a construção identitária está ligada ao meio onde se vive, podendo assumir diferentes personificações em um mesmo “eu”.

Os estudos de gênero irão ressaltar que identidade de gênero não é uma essência e nem uma construção social, mas uma produção de poder. Conseqüentemente, entender o gênero feminino nesse contexto é condição essencial para quem estuda as transformações sociais relativas às identidades de gênero.

A ideia entre o masculino e o feminino, como já foi ressaltado por Lugones (2010), são construções históricas, fruto das relações sociais. Existe uma grande parte da sociedade que predica a existência de papéis diferentes para homens e mulheres, nos quais cada um representa um papel social, ainda mais no século XIX, período em que o patriarcalismo era visível nas práticas sociais.

A atitude de Maria Firmina do Reis ao trazer à tona uma narrativa como essa é mostrar o “local da mulher” na sociedade, ou seja, a criatividade das mulheres era coibida pelo domínio masculino, principalmente por suas tarefas maternas e matrimoniais, como mães e esposas reclusas e subservientes. A cultura patriarcal e hegemônica excluía vários agentes sociais, dentre os quais estavam às mulheres, os negros e outras facções que não se casavam com as classes dominantes.

Na perspectiva de Hall (2001), o sujeito é construído em sociedade, na visão filosófica o sujeito feminino é uma construção de poder. Por tanto, a identidade no sentido geral como identidade da gênero são construções de poder social, político e histórica. Desse modo, a identidade (geral) é um processo de personificação do “eu”, e a identidade de gênero uma construção de autonomia do “ser”.

Ambos os conceitos servem para mostrar que a mulher negra da sociedade oitocentista não usufruía desses dois aspectos em sua vida. Dessa maneira, as mulheres negras não encontravam força para legitimar a sua identidade, assim como Joana e sua mãe não encontraram forças para sobreviver aos maus tratos do sistema escravista. Contudo, o que chama atenção no conto “A escrava”, é a legitimação na fala da senhora, denunciando a escravidão por meio da história de Joana, por ter:

O processo de construção identitária [...] em dois momentos: em um primeiro momento [...] em que a própria escrava narra os fatos que aconteceram em sua vida e a conduziram até o lugar onde encontra a senhora abolicionista, após fugir da fazenda do senhor Tavares; e em segundo momento, que se dará ao longo da narrativa de forma entrelaçada com as memórias de Joana, em que teremos a descrição de como os outros a enxergam (LUZ, 2018, p.8).

A história de Joana rompe o padrão, indo além do que era permitido no período, provando que a mulher só consegue espaço na sociedade mostrando o poder que elas possuem e esse poder só é legitimado quando há uma construção social. Reafirmado pelo pensamento de Gayatri Spivak (2010) em seu livro *Pode o subalterno falar?* ao retratar que a voz do subalterno só é efetiva quando é falado e escutado. Logo essas instâncias entram em conjectura com a escrita de Firmina ao pensar a importância

do sujeito negro escravizado na narrativa, dando a voz a esse sujeito e fazendo ser escutada através da senhora abolicionista.

Considerações Finais

Ao longo desse artigo, debruçamo-nos sobre o conto “A escrava” de Maria Firmina dos Reis com a finalidade de refletir a fragmentação da identidade da mulher, representada pelas personagens femininas da obra, fazendo um levantamento de como as mulheres oitocentistas eram tratadas pela sociedade. Em vista disso, percebemos os estigmas causados às mulheres do século XIX, sobretudo as mulheres negras, representada pela personagem Joana, que foi roubada de sua liberdade, devido à frieza do Sr. Tavares, o senhor considerado dono de Joana e seus filhos.

No entanto, o entendimento sobre a perda de sua liberdade, culminaria apenas em sua fase adulta, quando ela estava à beira da morte. Notamos como o processo de personificação do “eu” foi doloroso para a mulher negra que sofria duplamente os preconceitos sociais. A liberdade de Joana só se daria após sua morte, pois todas suas dores foram silenciadas, assim como aconteceu com sua mãe.

Também fica nítido que Maria Firmina, através de seu alter ego por meio da senhora abolicionista, gera uma reflexão aos seus leitores sobre a condição vivenciada pelos escravizados no Brasil, para tanto, evoca o lugar da humanidade e da fraternidade com o intuito de aproximar seus leitores da causa dos subjugados e de seus sofrimentos.

O diálogo apontado no decorrer do artigo sobre feminismo decolonial como a legitimação da identidade da mulher negra foi capaz de mostrar que existe uma concordância que tanto identidade como o gênero são construtores de uma legitimação da personalidade de um sujeito. Portanto, o conto “A escrava” evidencia as dores causadas às mulheres negras do século XIX, e isso ocorre porque Maria Firmina dos Reis sensibiliza-se, porque vê-se nessas mulheres sofridas e diante disso ela escreve com o intuito de questionar a realidade em que está inserida.

Isto posto, enxergamos que a obra “A escrava” contribui para evidenciar a fragmentação da identidade da mulher do século XIX, ora por mostrar a forma como as mulheres da época eram tratadas através da personagem Joana e sua mãe, ora por trazer à tona a discussão do sistema escravagista, através da senhora abolicionista. Também auferimos que a decolonialidade em Firmina está na maneira como ela se contrapõe através de sua escrita, à linha vertical da colonialidade, sugerindo uma ligação horizontal na pólis brasileira, na qual desmonta o sentido de raça, de gênero e de classe, posto nos corpos das mulheres negras.

Referências

BERND, Zilá. *Introdução à literatura negra*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org). *Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

DUARTE, Eduardo de Assis. Úrsula e a desconstrução da razão negra ocidental (Posfácio). In: Úrsula, por Maria Firmina dos Reis. 6.^a ed. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017, pp. 209-236.

DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira (Posfácio). In: REIS, Maria Firmina. *Úrsula; A escrava*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

GIACOMINI, Sônia Maria. *Mulher e Escrava - Uma introdução ao estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HOOKS, bell. *Olhares negros: raça e representação*. Tradução: Stephane Borges. São Paulo: Elefante, 2019, 356 p.

HOOKS, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Tradução: Cátia B. Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019, 384 p.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo* [recurso eletrônico]: políticas arrebatadoras. Tradução: Ana Luiza Libânio. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org). *Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LUGONES, María. Toward a Decolonial Feminism. *Hypatia*. v. 25, n. 4, 2010, p. 742-759. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4092865>. Acessado em 18 abr 2022.

LUZ, Gissele. A Escrivência de Maria Firmina dos Reis no conto A Escrava. *Travessias*. v. 12, n. 1, 2018, p. 193 - 204. Disponível em: <http://erevista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/18954/12624>. Acesso em 07 de jan de 2022.

MENDES, Algemira de Macêdo. A escrita de Maria Firmina dos Reis na literatura afrodescendente brasileira: revistando o Cânone. Lisboa: Chiado Editora. 2016.

MORAIS FILHO, Nascimento (org.). *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*. São Luiz. Comissão organizadora das comemorações de sesquicentenário de nascimento de Maria Firmina dos Reis, 1975.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Maria Firmina dos Reis. In: MUZART, Z. L. (Org.) Escritoras brasileiras do século XIX. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2000.

QUIJANO, Anibal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Lugar CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor, 2005.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula e outras obras* [recurso eletrônico]. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. 302 p. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/35999/ursula_obras_reis.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 07 mai 2021.

RIBEIRO, Djamila. *O que é: lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017. 112 p. (Feminismos Plurais).

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* 1. ed. Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TOLOMEI, Cristiane N. Maria Firmina dos Reis, decolonialidade e escrita abolicionista na imprensa maranhense oitocentista. *ex æquo*, n.º 39, 2019, pp. 153-168. Disponível em: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2019.39.10>. Acessado em 01 jan 2021.

VERGUÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu, 2020, 144 p.

Recebido em 10/07/2022.

Aceito em 30/08/2022.